

A GEOPOLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO: O NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO E O PAPEL DO ESTADO PARA O SUL GLOBAL

Diego Paschoal de Senna ¹

1

Resumo. Este artigo analisa o papel do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) na reconfiguração do arranjo geopolítico de financiamento ao desenvolvimento. Fundamenta-se na categoria de formação socioespacial (Santos, 1977), articulada à concepção de Estado como uma arena relacional (Poulantzas, 1980; Jessop, 2014) e à noção de Estado empreendedor (Mazzucato e Macfarlane, 2023). Metodologicamente, adota uma abordagem qualitativa, com análise bibliográfica e documental de relatórios, projetos e parcerias do NDB no período de 2016 a 2025. Os resultados indicam que o banco atua por meio de uma inserção gradual e não antagônica à arquitetura financeira internacional, baseada em parcerias multiescalares com instituições públicas e privadas. Destaca-se o foco em infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos países do Sul Global, além da utilização de moedas locais. Conclui-se que o NDB expressa uma reorganização da relação entre Estado, capital e território, reforçando a centralidade estatal para o planejamento e mediação das contradições do sistema capitalista.

Palavras-chave: Novo Banco de Desenvolvimento; formação socioespacial; Estado; desenvolvimento; Sul Global.

THE GEOPOLITICS OF DEVELOPMENT AND THE PRODUCTION OF GEOGRAPHICAL SPACE: THE NEW DEVELOPMENT BANK AND THE ROLE OF THE STATE IN THE GLOBAL SOUTH

Abstract. This article analyzes the role of the New Development Bank (NDB) in the reconfiguration of the geopolitical arrangement of development financing. It is grounded in the category of socio-spatial formation (Santos, 1977), articulated with the conception of the State as a relational arena (Poulantzas, 1980; Jessop, 2014) and the notion of the entrepreneurial State (Mazzucato and Macfarlane, 2023). Methodologically, it adopts a qualitative approach, based on bibliographic and documentary analysis of reports, projects, and partnerships of the NDB from 2016 to 2025. The results indicate that

¹ Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO. Email: diegopaschoal14@gmail.com .

the bank operates through a gradual and non-antagonistic insertion into the international financial architecture, based on multiscale partnerships with public and private institutions. It highlights a focus on infrastructure and sustainable development in Global South countries, as well as the use of local currencies. It concludes that the NDB expresses a reorganization of the relationship between State, capital, and territory, reinforcing the centrality of the State in planning and mediating the contradictions of the capitalist system.

Keywords: New Development Bank; socio-spatial formation; State; development; Global South.

LA GEOPOLÍTICA DEL DESARROLLO Y LA PRODUCCIÓN DEL ESPACIO GEOGRÁFICO: EL NUEVO BANCO DE DESARROLLO Y EL PAPEL DEL ESTADO EN EL SUR GLOBAL

Resumen. Este artículo analiza el papel del Nuevo Banco de Desarrollo (NDB) en la reconfiguración del arreglo geopolítico del financiamiento al desarrollo. Se fundamenta en la categoría de formación socioespacial (Santos, 1977), articulada con la concepción del Estado como una arena relacional (Poulantzas, 1980; Jessop, 2014) y con la noción de Estado emprendedor (Mazzucato y Macfarlane, 2023). Metodológicamente, adopta un enfoque cualitativo, basado en el análisis bibliográfico y documental de informes, proyectos y asociaciones del NDB en el período comprendido entre 2016 y 2025. Los resultados indican que el banco actúa mediante una inserción gradual y no antagónica en la arquitectura financiera internacional, sustentada en asociaciones multiescales con instituciones públicas y privadas. Se destaca el énfasis en infraestructura y desarrollo sostenible en los países del Sur Global, además del uso de monedas locales. Se concluye que el NDB expresa una reorganización de la relación entre Estado, capital y territorio, reforzando la centralidad estatal en la planificación y mediación de las contradicciones del sistema capitalista.

Palabras clave: Nuevo Banco de Desarrollo; formación socioespacial; Estado; desarrollo; Sur Global.

Introdução

O Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), idealizado pelo BRICS em 2014, representa um marco institucional para o debate de governança global, historicamente amparado na Conferência de Bretton Woods (1944) e no Consenso de Washington (1989). Esse arranjo, ao longo do tempo, esteve ancorado em uma arquitetura de poder que favoreceu os países centrais do sistema capitalista, relegando à periferia uma inserção subordinada na Divisão Internacional do Trabalho (Bielchowsky, 2015; Furtado, 2005).

A ascensão dos países do Sul Global e da cooperação Sul-Sul, por meio do BRICS, ocorre à medida que a hegemonia tradicional de governança global se mostra incapaz de lidar com as recorrentes crises do sistema, sobretudo a do subprime, em 2008, o que levou a uma reorganização da estrutura de poder em âmbito geopolítico. Freitas e Pires (2024) expõem esse processo por meio do que denominam “a crise da globalização neoliberal” (Freitas e Pires, 2024, p. 2).

É nesse cenário que o NDB emerge como um instrumento multilateral de financiamento ao desenvolvimento, voltado prioritariamente para países emergentes e em desenvolvimento. Mais do que um agente financeiro, o banco parece condensar um conjunto de práticas e estratégias que apontam para formas alternativas, ainda que não necessariamente antagônicas, de organização do financiamento ao desenvolvimento em escala global.

Diante desse contexto, coloca-se a seguinte questão: de que maneira o NDB, enquanto instrumento multilateral, expressa transformações na geopolítica do financiamento ao desenvolvimento e na produção do espaço geográfico no Sul Global? Parte-se do entendimento de que essas transformações não se restringem à dimensão financeira, mas envolvem novas formas de articulação entre Estado, capital e território.

A hipótese que orienta o artigo é a de que a reconfiguração da arquitetura financeira internacional se dá a partir da inserção de mecanismos e instituições baseados na cooperação entre diferentes formações socioespaciais, tendo no NDB uma de suas principais expressões no âmbito do BRICS. Nesse processo, a figura do Estado reassume

Senna, *A geopolítica do desenvolvimento e a produção do espaço geográfico: o Novo Banco de Desenvolvimento e o papel do Estado no Sul Global*.

DOI: 10.51308/continentes.v1i29.831

centralidade no planejamento, na coordenação e na mediação das contradições do sistema capitalista.

Essa perspectiva torna-se evidente quando se observa o caso da China, cuja formação socioespacial tem demonstrado a importância do papel do Estado na condução de processos acelerados de transformação econômica e social. O avanço técnico, infraestrutural e produtivo observado no país não se dissocia da capacidade estatal de organizar o território, coordenar investimentos e mediar contradições.

Nesse sentido, o desenvolvimento é entendido como um processo histórico, contraditório e espacialmente diferenciado. Para tanto, este artigo adota, como lente teórica para a interpretação da realidade, a categoria de formação socioespacial (Santos, 1977), articulada à compreensão do Estado como uma arena relacional e campo de disputa entre frações sociais (Poulantzas, 1980; Jessop, 2014), bem como à noção de Estado empreendedor (Mazzucato e Macfarlane, 2023). Essa articulação teórica permite compreender o desenvolvimento não como um resultado linear ou homogêneo, mas como um processo que se materializa na produção do espaço geográfico, inclusive com suas contradições.

A realidade concreta aponta para a constituição de um arranjo geopolítico no qual emerge a cooperação entre diferentes formações socioespaciais, especialmente no âmbito do BRICS. No campo da arquitetura financeira, essa cooperação se materializa por meio de diferentes bancos multilaterais de desenvolvimento (BMD's), dentre eles o NDB.

Além da busca por maior autonomia frente aos mecanismos tradicionais, essa reorganização evidencia uma verticalização da agenda do desenvolvimento sustentável, com destaque para o financiamento de infraestrutura, energias renováveis e projetos vinculados à transição energética, indicando uma reorientação das prioridades do financiamento global e a emergência de novos mercados e cadeias produtivas.

A leitura dessa realidade exige um papel do Estado vinculado ao planejamento de longo prazo, que rompa com a dicotomia entre Estado e mercado, na qual se fundamenta o

Senna, *A geopolítica do desenvolvimento e a produção do espaço geográfico: o Novo Banco de Desenvolvimento e o papel do Estado no Sul Global.*

DOI: 10.51308/continentes.v1i29.831

paradigma neoliberal. Nesse contexto, o objetivo deste artigo é analisar o papel do NDB na reconfiguração desse arranjo.

Para tanto, a pesquisa baseia-se em análise bibliográfica e documental sobre a inserção, estratégias, parcerias e projetos adotados pelo NDB. Ao longo do trabalho, observa-se que o banco adota uma inserção gradual, firmando parcerias estratégicas em diferentes escalas. Entretanto, o foco de seus projetos evidencia-se em escalas regionais, especialmente nos países do Sul Global, atrelado a parcerias com bancos nacionais de desenvolvimento, bancos regionais de desenvolvimento, bancos comerciais, empresas de capital privado, entre outros.

Ao articular a teoria como lente para compreender a realidade, este trabalho busca contribuir para o debate acerca das transformações em curso no âmbito da governança e da arquitetura financeira global. Nesse sentido, o NDB emerge não apenas como uma instituição multilateral de desenvolvimento, mas como reflexo das novas formas de articulação e cooperação entre Estado, capital e território no contexto do Sul Global.

Metodologia

O trabalho possui caráter qualitativo e fundamenta-se em análise bibliográfica e documental. Buscou-se articular a teoria como lente para interpretar a realidade observada. O recorte temporal adotado compreende o período de 2016 a dezembro de 2025, correspondente à atuação do NDB desde o início de suas operações.

No plano empírico, foram analisados documentos institucionais do NDB, com destaque para relatórios oficiais, portfólio de projetos, acordos de cooperação e materiais de transparência institucional, complementados por literatura especializada.

Os dados referentes ao portfólio de projetos correspondem ao período até dezembro de 2022, conforme os relatórios oficiais da instituição. As informações foram sistematizadas por meio da elaboração de quadros, gráficos e uma figura, todos construídos a partir do próprio Word.

A análise consistiu na identificação de padrões de inserção, tipos de parcerias e setores financiados, articulando-os à discussão teórica proposta.

Fundamentação teórica: Formação socioespacial como categoria de análise

O debate sobre a formação socioespacial destacado por Milton Santos (1977) surge da discussão de Marx em compreender a realidade concreta das sociedades de seu contexto a partir dos modos de produção dominantes e subordinados (Sereni, 2013; Machado, 2016). Marx não desenvolve o conceito de maneira direta, mas deixa indicações importantes que foram aprofundadas ao longo dos anos por diferentes correntes teóricas (Machado, 2016).

Autores como Sereni (2013) e Lênin (1982) interpretaram, posteriormente, essas teorias a partir da *formação econômica e social*, destacando que o desenvolvimento está ligado ao avanço dos modos de produção, às condições materiais de produção e às relações sociais (Machado, 2016). O desenvolvimento é, portanto, histórico e contraditório, marcado pela luta entre classes e pelas transformações na organização da produção. A produção, a técnica, a propriedade e a forma como o trabalho é apropriado são centrais para essa leitura.

Sereni (2013) é incisivo para a compreensão marxista desse debate, destacando a forma social (estática) e a formação social (dinâmica) o que denota o caráter temporal para a discussão. Isso é fundamental, pois estabelece o processo histórico para o entendimento da totalidade social (Santos, 1977; Lefebvre, 2006).

Conforme Sereni (2013), a formação econômica e social corresponde a uma estrutura historicamente constituída pela coexistência articulada de diferentes modos de produção, resultante de sua interação ao longo do tempo no espaço geográfico, configurando uma totalidade historicizada.

Santos (1977) adiciona mais uma camada a esse debate ao propor a categoria de formação socioespacial, ampliando a formação econômica e social para incluir o espaço geográfico como instância social, portanto abstrato, sendo a formação socioespacial a

realidade concreta para se interpretar o espaço geográfico. Segundo Santos (1977), modos de produção, formação social e espaço são categorias interdependentes e indissociáveis.

Modo de produção, formação social, espaço — essas três categorias são interdependentes. Todos os processos que, juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social (Santos, 1977, p. 86).

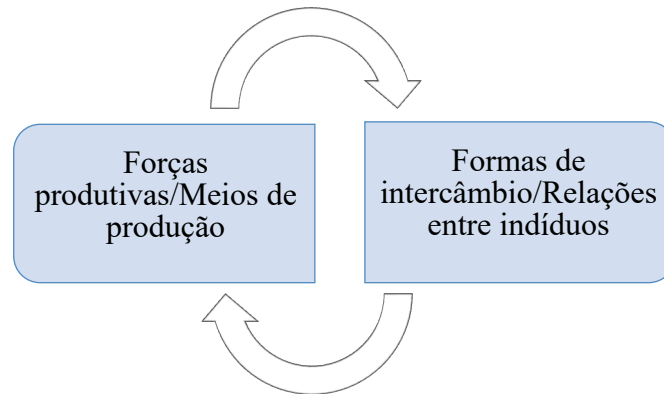
7

“Enquanto os modos de produção escrevem a História no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço” (Santos, 1977, p. 88).

Segundo Machado (2016) a formação socioespacial é a maneira como a sociedade produz o espaço geográfico através da transformação histórica dos modos de produção. Isso ocorre a partir da relação entre as forças produtivas e relações sociais. Marx (2008) aborda as relações sociais como formas de intercâmbio, que seriam a maneira de interação social, circulação de bens, técnica e trabalho em uma formação socioespacial.

Em outras palavras é a relação entre forças produtivas/meios de produção, (condição material e técnica da produção) em uma relação interdependente com as formas de intercâmbio (relações entre os indivíduos, condição social da produção e circulação) que são o motor da transformação histórica e avanço técnico dos modos de produção. (Marx, 2008; Sereni, 2013; Machado, 2016). A Figura 1 sintetiza essa relação.

Figura 1 – Relação Forças produtivas e Formas de intercâmbio.



Fonte: elaboração própria a partir de Marx (2008); Sereni (2013); Machado (2016).

É através dessa relação que os modos de produção se transformam historicamente e coexistem em diferentes escalas na mesma formação socioespacial.

Em resumo, a ação recíproca entre forças produtivas e forma de intercâmbio são o motor histórico das distintas fases das formas de propriedade sucessivas (Machado, 2016, p. 77).

Isso quer dizer que, ao passo que as técnicas de produção se desenvolvem e as formas de intercâmbio mudam, novas formas de propriedade emergem, rompendo com a anterior, porque essa deixa de ser funcional ao novo estágio das forças de produção. Pode-se exemplificar isso da seguinte maneira: as relações sociais nos feudos, amparadas por deveres pessoais e tributos em espécie, não eram mais compatíveis com o crescimento das cidades nos burgos através do comércio e do trabalho mercantil. Isto alavancou o surgimento do modo de produção capitalista.

Porém é importante destacar que a totalidade de uma formação socioespacial a partir do processo histórico combina diferentes formas de produção (Santos, 1977), em que um modo de produção dominante estrutura e subordina outros modos de produção existentes. O surgimento de novas formas de propriedade e relações sociais não elimina automaticamente os modos de produção anteriores, eles coexistem em diferentes

Senna, *A geopolítica do desenvolvimento e a produção do espaço geográfico: o Novo Banco de Desenvolvimento e o papel do Estado no Sul Global*.
DOI: 10.51308/continentes.v1i29.831

escalas dentro de uma formação socioespacial. É o que Milton Santos (1977; 2006) destaca como *as rugosidades do espaço* e também a *inércia dinâmica*, onde o passado está presente e não é estático.

Ao empregar a formação socioespacial como teoria e como método para a leitura da totalidade do espaço geográfico conforme aponta Santos (1977), é possível inserir o Estado na análise como parte dessa totalidade, responsável por organizar o território e as relações entre classes. O Estado, portanto, é um dos agentes estruturantes da formação socioespacial.

A natureza do desenvolvimento e o papel do Estado para o planejamento territorial

Poulantzas (1980) compreende o Estado, como fruto de relações, a partir de uma abordagem relacional entre os indivíduos que constituem uma dada sociedade. Nessa abordagem relacional, Poulantzas (1980, p. 152), compreende o papel do Estado como “condensador das forças sociais e políticas em disputa no interior da sociedade”.

Compreender o Estado como a condensação de uma relação de forças entre classes e frações de classe tais como elas se expressam, sempre de maneira específica, *no seio* do Estado, significa que o Estado é constituído-dividido de lado a lado pelas contradições de classe, não é, não pode ser jamais, como nas concepções do Estado-Coisa ou Sujeito, um bloco monolítico sem fissuras, cuja política se instaura de qualquer maneira a despeito de suas contradições, mas é ele mesmo dividido. (Poulantzas, 1980, p. 152).

O Estado, nesse sentido, não pode ser compreendido como um bloco monolítico, mas sim como um campo de batalha estratégico, um campo de disputa (Poulantzas, 1980). O Estado é simultaneamente o lugar da estratégia, lugar onde se elaboram estratégias e produto de estratégias (Jessop, 2014, p. 34, tradução nossa). É uma arena relacional, o que reforça seu caráter seletivo de acordo com a fração social que define a forma do Estado (Poulantzas, 1980).

Sendo assim, discutir o desenvolvimento através da totalidade histórica da formação socioespacial, exige destacar o Estado como o elo fundamental para que esse processo ocorra. Pois ao compreender o Estado como esse campo de disputa entre as frações sociais, é possível articular os diferentes interesses que estão em jogo na produção do

Senna, *A geopolítica do desenvolvimento e a produção do espaço geográfico: o Novo Banco de Desenvolvimento e o papel do Estado no Sul Global*.

DOI: 10.51308/continentes.v1i29.831

espaço geográfico, conduzindo assim a atuação do Estado a partir dessas relações na articulação entre capital e território.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento é entendido como um processo vinculado à produção do espaço geográfico. Como o espaço geográfico é a expressão concreta de uma dada formação socioespacial (Santos, 2006; Lefebvre, 2006), a compreensão do que é o desenvolvimento exige considerar a relação meios de produção e relações sociais (Machado, 2016; Sereni, 2013). Assim, o desenvolvimento se manifesta como transformação das formas econômicas e sociais no espaço geográfico de maneira seletiva e contraditória.

Por isso, as políticas de desenvolvimento atuam fundamentalmente através dos meios de produção. O que explica também a associação por muitos anos, entre desenvolvimento e crescimento econômico.

Entretanto, é necessário estabelecer um marco que determine a noção dialética do desenvolvimento e a noção concreta. Ao compreender o desenvolvimento como a transformação das formas econômicas e sociais em uma dada formação socioespacial, há que se considerar um conjunto de instâncias (econômica, social, cultural, política, espacial e ambiental) correlacionadas entre si, que invariavelmente é fruto de contradições e também condiciona novas contradições, como a desigualdade, a pobreza, poluição etc. Mas que também condiciona progresso social e técnico.

A realidade concreta mostra que o crescimento econômico por si só, não é sinônimo de desenvolvimento, ao contrário, produz desenvolvimento desigual, concentração de renda, problemas ambientais e novas formas de dependência.

Portanto, o desenvolvimento não pode ser definido como crescimento econômico, tão menos como crescimento com distribuição de renda. Ele é, antes de mais nada, a capacidade de uma formação socioespacial de mediar suas contradições, de incorporar progresso técnico e infraestrutural sem aprofundar desigualdades, ou ao menos tratá-las como fenômenos naturais que determinam a condição da vida. É a capacidade de ampliar a autonomia coletiva sem destruir as bases naturais, é um horizonte normativo

Senna, *A geopolítica do desenvolvimento e a produção do espaço geográfico: o Novo Banco de Desenvolvimento e o papel do Estado no Sul Global.*

DOI: 10.51308/continentes.v1i29.831

que orienta o planejamento, mas que nunca se realiza plenamente, justamente porque cada solução gera novas contradições.

A China é um caso exemplar para estudar essa discussão. Sob a liderança do Partido Comunista Chinês (PCCh) e com robusto planejamento estatal, o país promoveu a maior transformação socioespacial da história recente. A aceleração do desenvolvimento de suas forças produtivas permitiu uma industrialização acelerada, investimento em infraestrutura de ponta (trens-bala, portos, cidades inteligentes) e um elevado salto tecnológico.

No campo das relações sociais, promoveu uma urbanização massiva e controlada, reduziu a pobreza extrema e ampliou o acesso à educação e saúde (Jabbour e Gabriele, 2021). No entanto, esse processo condicionou novas contradições, como a desigualdade regional entre interior e faixa litorânea, problemas ambientais como degradação dos solos e da água, o que levou o Estado chinês adotar políticas de desenvolvimento sustentável como pilar do avanço do país. O desenvolvimento avança apesar das contradições, cada etapa resolve alguns problemas e condiciona outros, exigindo ajustes constantes.

Para delinear o arranjo do desenvolvimento no sentido de planejamento, a forma do Estado precisa estar alinhada com a noção de Estado empreendedor, destacado por Mazzucato e Macfarlane (2023), as autoras propõem uma compreensão do papel do Estado como um agente ativo na conformação de novos mercados, capaz de orientar investimentos e definir processos de desenvolvimento de longo prazo (Mazzucato e Macfarlane, 2023, p. 5).

O Estado criou as condições para a emergência de uma economia baseada no mercado, revelando que a dicotomia entre “Estado versus mercado” é artificial e constitui um mito, uma vez que o mais capitalista de todos os mercados, isto é, o mercado nacional, foi “impulsionado” à existência pelas próprias ações da mão visível do Estado (Mazzucato e Macfarlane, 2023, p.6, tradução nossa).

A compreensão do Estado como arena relacional e campo de disputa apontado por Poulantzas (1980) permite superar visões que o antagonizam na disputa clássica entre Estado e mercado. Essa oposição, não se sustenta empiricamente. Conforme destacam Mazzucato e Macfarlane (2023) os mercados nacionais historicamente se constituíram por meio da ação estatal. O próprio surgimento das economias capitalistas centrais esteve ancorado em políticas públicas, protecionismo e investimentos estatais, fatos que a ideologia do "livre mercado" tende a não aceitar.

Longe de se absterem, os Estados centrais atuam de forma incisiva na defesa de seus interesses econômicos. Os EUA, epicentro do paradigma neoliberal, recorrem sistematicamente a instrumentos protecionistas, como a elevação de tarifas de importação, mobilização de arsenal geoeconômico e geopolítico através de sanções, pressões diplomáticas e até o uso de aparato militar e confronto direto para resguardar seus interesses e a competitividade de seus "grandes campeões nacionais" (indústrias automobilísticas, fintechs, petrolíferas, entre outras). Tais práticas revelam que o planejamento estatal não desaparece sob o neoliberalismo, ao contrário, articula-se seletivamente aos interesses do capital em escala nacional e global.

Essa constatação reforça a centralidade do papel do Estado na articulação do planejamento de interesses nacionais para avançar ao desenvolvimento. Se o desenvolvimento se manifesta como transformação das formas econômicas e sociais no âmbito de uma determinada formação socioespacial, então a capacidade de planejar e executar tais transformações depende necessariamente da forma que o Estado assume, bem como das forças sociais que nele se condensam.

Burlamaqui (2015) contribui com essa noção ao discorrer sobre o aparato estatal chinês. Nesse sentido, essa atuação não se restringe à regulação ou à criação de ambientes institucionais favoráveis à iniciativa privada, mas abrange, sobretudo, a capacidade de assumir riscos, mobilizar recursos financeiros e estruturar projetos estratégicos, exercendo o papel de investidor de primeira instância (Burlamaqui, 2015, p. 285).

Mais especificamente, trata-se de um Estado que combina as funções de *prestador de última instância* (fiador dos empréstimos bancários e das

Senna, *A geopolítica do desenvolvimento e a produção do espaço geográfico: o Novo Banco de Desenvolvimento e o papel do Estado no Sul Global*.

DOI: 10.51308/continentes.v1i29.831

dívidas corporativas) e *investidor de primeira instância* (formulador e financiador de políticas industriais, de inovações tecnológicas e da infraestrutura por meio dos bancos) (Burlamaqui, 2015, p. 285).

O Estado, ao atuar como elo entre capital e território para a produção do espaço geográfico, seja por meio de uma política de planejamento ou não, conduz o eixo analítico do processo de desenvolvimento para a forma do Estado. Isso conflui dialeticamente para a compreensão do Estado como arena relacional proposto por Poulantzas (1980), na qual a disputa entre as frações sociais expõe a luta de classes que por sua vez é o fator constituinte da própria estrutura e forma do Estado.

É precisamente essa compreensão do Estado como campo de disputa e mediador do território que nos permite avançar para a análise de instrumentos concretos de financiamento ao desenvolvimento e para a geopolítica que envolve a atuação de diferentes formações socioespaciais na reconfiguração da governança global.

Resultados: Cooperação e financiamento, o propósito e a estratégia de inserção do NDB

Criado em 2014 no âmbito do BRICS, o NDB insere-se na arquitetura financeira global como um instrumento multilateral voltado para o financiamento de infraestrutura e desenvolvimento sustentável em economias emergentes. Sua criação reflete a ascensão do Sul Global e a tentativa de reconfigurar a correlação de forças na governança internacional, processo que ganhou impulso com a crise do subprime em 2008 e o que Freitas e Pires (2024) destacam como a "crise da globalização neoliberal".

De acordo com a carta do NDB que determina a fundação da instituição, seu propósito ampara-se na mobilização de recursos para infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos países membros do BRICS e em outras economias emergentes (NDB, 2014, p. 1, parágrafo 7). O documento também destaca que o propósito do NDB é pautado em duas funções fundamentais:

l) O Banco deverá apoiar projetos públicos ou privados por meio de empréstimos, garantias, participação acionária e outros instrumentos

Senna, *A geopolítica do desenvolvimento e a produção do espaço geográfico: o Novo Banco de Desenvolvimento e o papel do Estado no Sul Global*.

DOI: 10.51308/continentes.v1i29.831

financeiros. (II) Também deverá cooperar com organizações internacionais e outras entidades financeiras, além de fornecer assistência técnica para os projetos que serão apoiados pelo Banco (NDB, p. 1, parágrafo 8, 2014, tradução nossa).

Segundo Nanwani (2023), o modelo de atuação do NDB se fundamentou em parcerias e cooperações com outras instituições financeiras em diferentes escalas. Tratando-se de um BMD recente, a instituição optou por uma estratégia de inserção gradual no sistema financeiro global, apoiando-se na colaboração com bancos nacionais de desenvolvimento, organismos regionais e instituições multilaterais consolidadas. Essa abordagem permitiu ao NDB acumular experiência operacional (Nanwani, 2023, p. 436, tradução nossa).

Desde o início, as parcerias e a cooperação do NDB com outras organizações internacionais e instituições financeiras têm sido um elemento central de sua visão estratégica, de seu desenho institucional e de seu processo de desenvolvimento. Assim como para os demais bancos multilaterais de desenvolvimento (BMD's) já consolidados, as "parcerias" passaram a integrar a agenda do NDB. No entanto, a forma como o Banco efetivamente concretizaria tais parcerias não estava predefinida. Desde a sua criação, foi designado um vice-presidente para a área de "Estratégia e Parcerias, Risco e Pesquisa", incumbido da missão de estabelecer parcerias estratégicas alinhadas ao desenho institucional do Banco (Nanwani, 2023 p. 434, tradução nossa).

De acordo com Wang (2019), sua inserção não rompe com a lógica financeira internacional vigente, ao contrário, busca complementar os mecanismos já estabelecidos, se posicionando como mais um agente no debate financeiro global. Nanwani (2023) também converge para esse ideal, segundo o autor, a inserção do NDB "visa complementar os esforços das instituições financeiras multilaterais e regionais" para "apoiar o crescimento e o desenvolvimento global" (Nanwani, 2023, p. 435, tradução nossa). No que se refere às parcerias estratégicas, o NDB destaca:

O NDB trabalha em estreita colaboração com uma ampla gama de atores em toda a comunidade global de desenvolvimento. Essas parcerias estratégicas robustas nos ajudam a cumprir nosso mandato ao ampliar nossa capacidade de mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que promovem a troca de conhecimento, recursos humanos e informações (NDB, 2026, tradução nossa).

Outro fator importante destacado por Wang (2019), diz sobre o capital e o modelo de governança da instituição. Segundo a autora no ponto de vista de governança, há maior

Senna, *A geopolítica do desenvolvimento e a produção do espaço geográfico: o Novo Banco de Desenvolvimento e o papel do Estado no Sul Global.*

DOI: 10.51308/continentes.v1i29.831

poder de voto para os membros mutuários, “o NDB concede poder de decisão igual a todos os seus membros” (Wang, 2019, p. 232, tradução nossa), além de possuir menos recursos financeiros em relação a outros BMD’s tradicionais, como o FMI e o Banco Mundial.

O modelo de parcerias e cooperação adotado pelo NDB

As parcerias estratégicas são firmadas por meio dos denominados *Memorandum of Understandings* (MOU’s), ou Memorandos de Entendimento. Documentos que garantem possíveis parcerias. Esses acordos se dão por meio de diferentes instituições financeiras e em inúmeras escalas, distribuídos entre: bancos nacionais de desenvolvimento, bancos multilaterais de desenvolvimento, bancos comerciais, instituições/iniciativas multilaterais e outras instituições, como universidades e associações. Para maior detalhamento desses dados, consultar o Quadro 1.

15

Quadro 1. Memorandos de Entendimento assinados pelo NDB

Entidades	Número de parceiros MOU’s
Bancos Nacionais de Desenvolvimento	6
Bancos Multilaterais de Desenvolvimento	12
Bancos Comerciais	10
Instituições e Iniciativas Multilaterais	6
Outros	4

Fonte: NDB, 2026, adaptado pelo autor.

A assinatura desses acordos revela como o NDB procura basear sua política econômica. Destaque para os acordos firmados com outros BMD’s, 12 ao todo, conforme apontado no Quadro 2.

Quadro 2. Memorandos de Entendimento assinados pelo NDB com outros BMD’s

BMD’s	Data de assinatura
Islamic Development Bank Group	10 dez. 2025
Asian Development Bank	23 jun. 2022
International Bank for Economic Co-operation	28 jun. 2021
Inter-American Development Bank & IDB Invest	19 abr. 2018
Financial Fund for the Development of the River Plate Basin	26 abr. 2017
European Bank for Reconstruction and Development	1 abr. 2017
European Investment Bank	1 abr. 2017

Senna, *A geopolítica do desenvolvimento e a produção do espaço geográfico: o Novo Banco de Desenvolvimento e o papel do Estado no Sul Global*.

DOI: 10.51308/continentes.v1i29.831

Asian Infrastructure Investment Bank	1 abr. 2017
Eurasian Development Bank	1 abr. 2017
International Investment Bank	1 abr. 2017
Development Bank of Latin America – CAF	9 set. 2016
World Bank Group	9 set. 2016

Fonte: NDB, 2026, adaptado pelo autor, (os nomes das instituições são mantidos em inglês conforme documentos oficiais do NDB).

A assinatura dos Memorandos não implica, por si só, a realização de projetos. Conforme Nanwani (2023), esses acordos fundamentam-se na cooperação institucional e na possibilidade de financiamento conjunto em áreas de interesse, mas não constituem contratos vinculantes. São declarações de intenções. O caso do Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento (EBRD) ilustra bem essa dinâmica: o EBRD ofereceu conhecimento organizacional e institucional durante a fase de implementação do NDB (Nanwani, 2023, p. 437, tradução nossa), o que posteriormente levou à assinatura de um MOU em 2017 (Quadro 2), sem que isso tenha se convertido, necessariamente, em ações conjuntas de fato.

A relativa paridade na distribuição dos memorandos assinados, apresentada no Quadro 1, corrobora o argumento de Wang (2019) e Nanwani (2023) de que o NDB adotou uma estratégia de inserção gradual, apoiada em diferentes escalas e orientada à captação de experiência operacional.

Wang (2019) aborda esse tema a partir de uma discussão sobre “tradições”. Segundo a autora, há duas tradições: 1) a dos países desenvolvidos, amparada sob a Conferência de Bretton Woods; e 2) a tradição dos países em desenvolvimento, que adotaram mecanismos próprios de financiamento. O destaque a essas características, segundo Wang (2019), aponta um NDB diferente dos BMD’s tradicionais, que tem pautado suas políticas de financiamento nos países membros do BRICS em escala nacional e regional. Isso se confirma ao observar os projetos financiados pelo NDB, com destaque para as parcerias com os bancos nacionais de desenvolvimento e bancos comerciais dos países membros. Nesse sentido, os Quadros 3 e 4 apontam os MOU’s assinados com bancos nacionais de desenvolvimento e bancos comerciais.

Quadro 3. Memorandos de Entendimento assinados pelo NDB com bancos nacionais de desenvolvimento

Bancos nacionais de desenvolvimento	Data de assinatura
National Bank for Financing Infrastructure and Development	7 abr. 2025
Brazilian Development Bank – BNDES	19 nov. 2024
Agricultural Development Bank of China	14 set. 2021
Export-Import Bank of China	28 mai. 2021
Development Bank of Southern Africa	28 mai. 2018
China Development Bank	1 set. 2017

Fonte: NDB, 2026, adaptado pelo autor, (os nomes das instituições são mantidos em inglês conforme documentos oficiais do NDB).

17

As parcerias firmadas com os bancos nacionais de desenvolvimento evidenciam a aproximação do NDB com instituições de fomento de todos os membros fundadores do BRICS, com exceção da Rússia, ainda que isso não implique ausência de projetos financiados pelo NDB no país. Destaca-se a China, representada por seus três grandes *policy banks*: o Banco de Desenvolvimento da China (CDB), o Banco de Exportação e Importação da China (Eximbank) e o Banco de Desenvolvimento Agrícola da China (ADBC). Já a relação com os bancos comerciais é apresentada no Quadro 4.

Quadro 4. Memorandos de Entendimento assinados pelo NDB com bancos comerciais

Bancos comerciais	Data de assinatura
Caixa Econômica Federal	16 nov. 2022
Axis Bank	19 out. 2021
Banco do Brasil S.A	28 jun. 2021
State Bank of India	28 mai. 2018
Industrial and Commercial Bank of China	2 set. 2017
Agricultural Bank of China	2 set. 2017
Bank of Communications, China	10 nov. 2016
Standard Bank of South Africa	31 ago. 2016
China Construction Bank	8 jun. 2016
Bank of China	14 jan. 2016

Fonte: NDB, 2026, adaptado pelo autor, (os nomes das instituições são mantidos em inglês conforme documentos oficiais do NDB).

Além dos memorandos assinados com bancos de desenvolvimento e comerciais, a transparência do NDB detalha MOU's com instituições e iniciativas multilaterais, 6 ao todo, como destacado no Quadro 1. Nessa modalidade, sobressaem-se órgãos atrelados diretamente ao BRICS, como: *Centro de Inovação e Parceria do BRICS sobre a Nova*

Senna, *A geopolítica do desenvolvimento e a produção do espaço geográfico: o Novo Banco de Desenvolvimento e o papel do Estado no Sul Global*.
DOI: 10.51308/continentes.v1i29.831

Revolução Industrial, Agências de Crédito à Exportação dos BRICS, Conselho Empresarial dos BRICS e Mecanismo de Cooperação Interbancária dos BRICS, além de um memorando assinado com a ONU, denominado *Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura* (NDB, 2026, tradução nossa).

Nesse sentido, salienta-se também um MOU assinado em 2019, intitulado *Colaboração em Assuntos para o Estabelecimento do Centro de Cooperação Multilateral para o Financiamento do Desenvolvimento*. O objetivo foi a criação do *Centro de Cooperação Multilateral para o Financiamento do Desenvolvimento* (MCDF), que contou com a participação inicial de oito bancos multilaterais de desenvolvimento, sendo eles: o Grupo Banco Mundial, o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), o Banco Europeu de Investimento (EIB), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), o Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento (EBRD), a Corporação Andina de Fomento (CAF), além do Ministério das Finanças da China. O NDB e o Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB) aderiram formalmente ao MOU em 2020, conforme apontado no documento do NDB² (NDB, 2020, tradução nossa).

É importante destacar que o Grupo Banco Mundial assinou em nome de quatro de suas instituições: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), Corporação Financeira Internacional (IFC) e Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA), o que reforça a abrangência da cooperação. Desse modo, o documento destaca:

Após a assinatura desse Memorando, o Ministério das Finanças chinês e as instituições multilaterais de desenvolvimento passaram a discutir medidas para avançar ainda mais na promoção de infraestrutura e conectividade. Reconhecendo a importância da colaboração e da coordenação, as Partes, dentro dos limites de seus respectivos mandatos, documentos constitutivos e políticas, celebram este MOU com o objetivo de colaborar para a criação do Centro Multilateral de Cooperação para Financiamento do Desenvolvimento (MCDF) (NDB, 2020, p.1, tradução nossa).

² Em 2017, o NDB participou de um primeiro MOU sobre infraestrutura e cooperação, que se desdobrou em 2019 no MOU de criação do MCDF, assinado por outras oito instituições multilaterais e pelo Ministério das Finanças da China. O NDB aderiu formalmente a essa iniciativa em 2020. Para mais informações, consultar: <https://www.ndb.int/partnership/memoranda-of-understanding/#tabbed-standard>.

A criação do MCDF é significativa por duas questões. Primeiro, porque demonstra que o NDB não se posiciona como uma alternativa de ruptura ou antagônica ao sistema tradicional. A instituição optou por articular-se em um mesmo esforço de cooperação. Segundo, porque essa iniciativa se alinha com a Agenda 2030 e com a ênfase em parcerias globais – ODS 17 (ONU, 2026).

Acerca do caso da Rússia, segundo os relatórios do NDB, há apenas um MOU assinado com a *Russian Railways*, estatal que gerencia o sistema ferroviário do país. Nanwani (2023) acerca da questão argumenta:

O NDB trabalhou com outros BMD's para fornecer financiamento a projetos na Rússia, nomeadamente com o IIB (Banco Internacional de Investimento) e o EDB (Banco de Desenvolvimento da Eurásia) (Nanwani, 2023, p. 436, tradução nossa).

Contudo, em 2022, o NDB alinhou-se à postura da arquitetura financeira global ao suspender novas transações no país, demonstrando que, embora busque ampliar seu protagonismo, insere-se em um contexto estabelecido por um paradigma financeiro consolidado e age de acordo com seus parâmetros. A instituição se pronunciou da seguinte maneira:

O Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) aplica princípios bancários sólidos em todas as suas operações, conforme estabelecido em seu Acordo Constitutivo. Em razão das incertezas e restrições que se desenrolam, o NDB colocou em espera novas transações na Rússia. O NDB continuará a conduzir seus negócios em plena conformidade com os mais altos padrões de integridade como instituição internacional (NDB, 2022, tradução nossa).

Longe de representar um confronto direto com o sistema de Bretton Woods, essa colaboração aponta para uma reconfiguração mais complexa da arquitetura financeira global, na qual novas instituições emergentes ocupam espaços antes restritos, sem necessariamente romper com as estruturas existentes.

As estratégias de atuação do NDB no Sul Global

A inserção gradual do NDB no sistema financeiro global não representa uma ruptura ou uma posição antagônica, mas alguns elementos podem ser destacados acerca da

reorganização desse arranjo: 1) a realização de transações em moedas locais; 2) o financiamento de projetos exclusivamente em países emergentes e em desenvolvimento do Sul Global; e 3) o foco dos projetos atrelados à infraestrutura e ao desenvolvimento sustentável. Essas características denotam a “tradição” sobre a qual Wang (2019) discorre a respeito da postura que o NDB adotou para sua inserção na arquitetura financeira global.

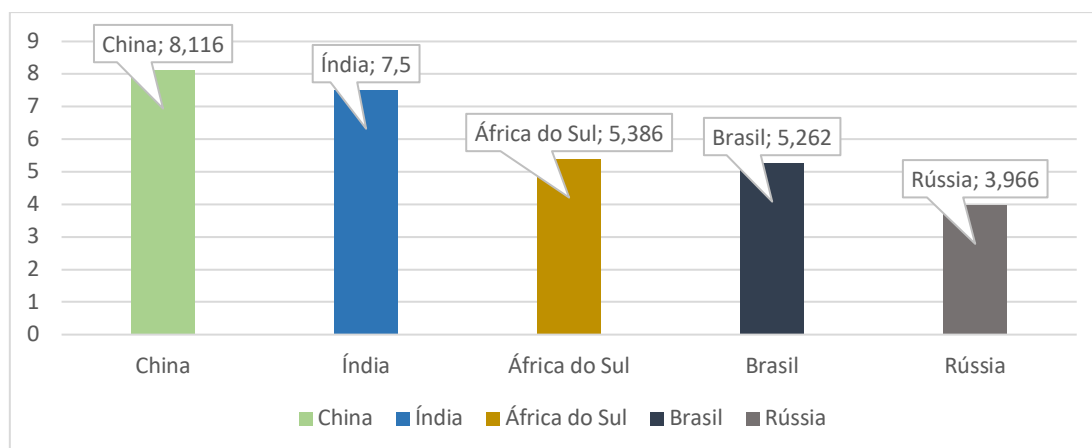
Dilma Rousseff, então presidenta do NDB, no evento “A Transição Energética e a Sustentabilidade do Futuro”, realizado pelo BNDES em julho de 2025, destacou:

Financiamentos denominados em moedas locais, eles ajudam a mitigar riscos cambiais relacionados a moedas avançadas, porque você não controla a política monetária que esses países adotam e, portanto, quando a sua moeda se desvaloriza e a taxa de juros sobe, o setor privado, por exemplo, não tem condições de suportar a pressão no seu balanço financeiro (Rousseff, 2025).

É um canal de cooperação pautado e idealizado por países que buscam alternativas ao modelo tradicional e ao mesmo tempo maior participação na tomada de decisões sobre o debate de governança global. Através da multipolaridade, buscam-se maneiras alternativas para o financiamento ao desenvolvimento e de infraestruturas, para além dos mecanismos tradicionais.

No entanto, permanece uma questão fundamental, de que modo essas novas institucionalidades, como o NDB, traduzem-se em transformações materiais sobre o espaço geográfico? Segundo dados do NDB, o montante total do financiamento aprovado foi de US\$ 42,9 bilhões, distribuído entre 139 projetos aprovados, dados referentes a 31 de dezembro de 2025 (NDB, 2026). Entretanto, os gráficos apresentados na sequência utilizam como recorte analítico as informações consolidadas até dezembro de 2022, em razão da disponibilização das informações pelo NDB. Nesse sentido, o Gráfico 1 destaca o portfólio de projetos por país.

Gráfico 1. Portfólio de projetos por país membro fundador do BRICS



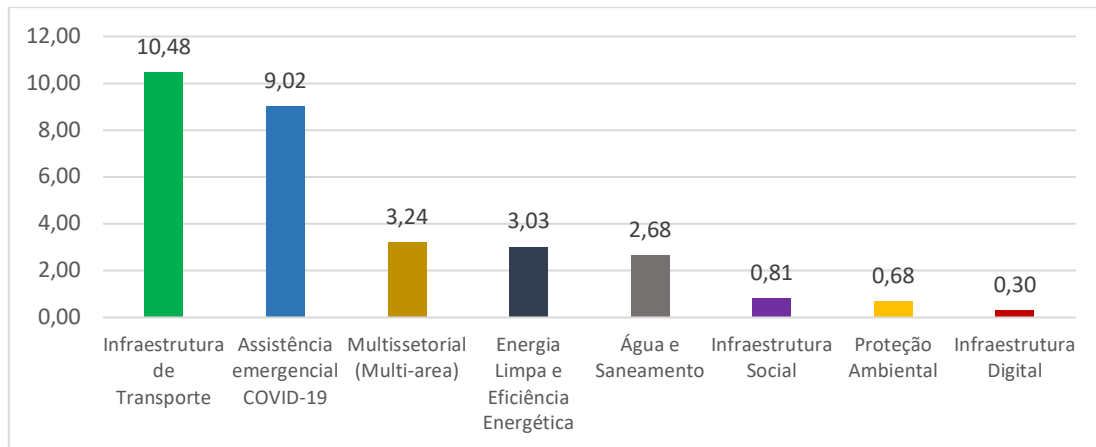
Fonte: NDB, 2026. Dados correspondentes a 31 dez. 2022.

A análise do Gráfico 1 evidencia que a distribuição geográfica dos projetos financiados pelo NDB aos países membros fundadores do BRICS tem destaque para a China, que concentra a maior parcela do portfólio, seguida por Índia e Brasil. Essa concentração não surpreende, dado o peso econômico desses países e a capilaridade das instituições financeiras nacionais com as quais o banco estabeleceu parcerias estratégicas, conforme demonstrado nos quadros anteriores.

Outro ponto a ser destacado é o caso da Rússia, que apresenta um número menor de projetos financiados, em virtude das sanções que levaram o NDB a suspender novas transações no país a partir de 2022, conforme mencionado anteriormente.

Desse modo, para além da dimensão territorial, é necessário examinar a natureza dos projetos que materializam esses recursos. O Gráfico 2 apresenta essa distribuição por área de atuação.

Gráfico 2. Portfólio de projetos por área de atuação

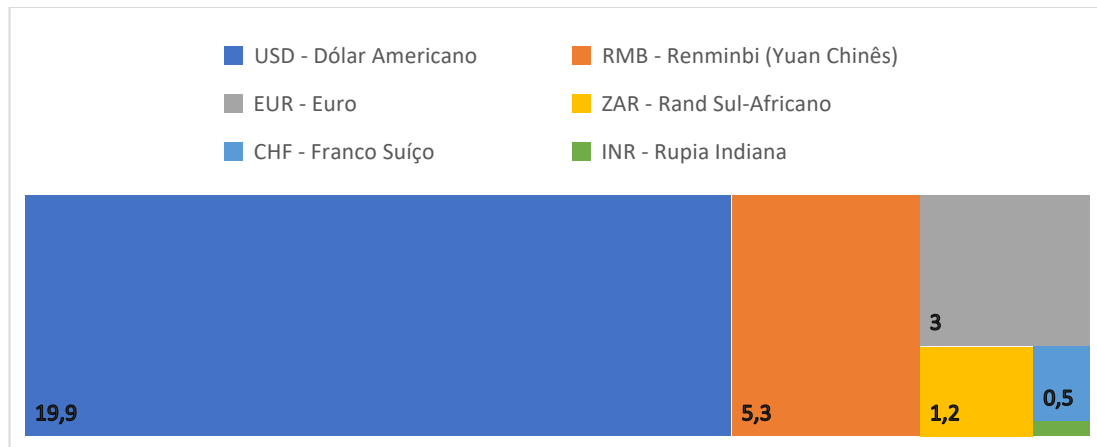


Fonte: NDB, 2026. Dados correspondentes a 31 dez. 2022.

Ao analisar a aplicação dos recursos por setor, o Gráfico 2 revela uma prioridade clara em infraestrutura de transporte e assistência emergencial à crise sanitária da COVID-19, que, juntas, somam a maior parte do capital aprovado. Isso demonstra que a atuação do NDB no Sul Global tem focado tanto em questões estruturais de longo prazo, atreladas ao desenvolvimento de infraestruturas, quanto em respostas rápidas, como no caso da crise da COVID-19. Projetos multissetoriais e outros setores, como energia limpa e água e saneamento, também se destacam.

Um dos pilares estratégicos do NDB, conforme destacado anteriormente, é a realização de financiamentos em moedas locais, medida que visa mitigar os riscos cambiais associados à dependência do uso do dólar e reduzir os riscos dos tomadores diante das oscilações de taxas de juros e câmbio. O Gráfico 3 apresenta a distribuição do portfólio de projetos financiados em moeda local.

Gráfico 3. Portfólio de projetos por moedas



Fonte: NDB, 2026. Dados correspondentes a 31 dez. 2022.

A análise do portfólio por moeda, apresentada no Gráfico 3, revela uma dualidade na estratégia de inserção do NDB. Por um lado, a predominância do Dólar Americano (USD) e a presença de moedas como o Euro (EUR) e o Franco Suíço (CHF) demonstram que o banco ainda opera fortemente dentro dos parâmetros da arquitetura financeira global consolidada. Por outro lado, o volume significativo de transações em Renminbi (RMB) e a presença de outras moedas do bloco, como o Rand Sul-Africano (ZAR) e a Rupia Indiana (INR), materializam a estratégia de diversificação monetária.

No caso do Brasil, nota-se que ainda não há transações diretas em Real (BRL) registradas no portfólio. Contudo, os projetos financiados no território brasileiro são operacionalizados através de moedas globais e moedas alternativas do bloco, como o dólar, o euro e o renminbi (NDB, 2026), refletindo uma integração gradual ao novo arranjo monetário proposto pela cooperação Sul-Sul.

Por fim, destacam-se os projetos apresentados no Quadro 5, que, embora não tenham sido adotados a partir de um critério metodológico de seleção, foram apontados para evidenciar a pluralidade de arranjos que o NDB articula por meio de seus projetos. Nota-se uma atuação que transita entre o financiamento direto a governos e a colaboração com bancos nacionais de desenvolvimento (como BNDES, BDMG, DBSA e IDC), bancos comerciais (Banco do Brasil e BoCom) e até parcerias com instituições privadas (Shriram Finance) e organismos multilaterais consolidados (ADB e AIIB).

Senna, *A geopolítica do desenvolvimento e a produção do espaço geográfico: o Novo Banco de Desenvolvimento e o papel do Estado no Sul Global*.

DOI: 10.51308/continentes.v1i29.831

Quadro 5. Amostragem de projetos do NDB por país e tipo de parceria (2016-2025)

Ano	Projetos e Instituições Parceiras
2016	Financiamento de Projetos de Energia Renovável e Transmissão Associada (Brasil, BNDES)
2016	Projeto Nord-Hydro (Rússia, IIB e EDB)
2016	Projeto de Energia Eólica Offshore da Baía de Putian Pinghai (China, bancos chineses)
2018	Projeto de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa e Desenvolvimento do Setor de Energia (África do Sul, DBSA)
2019	Programa de Renovação da Frota de Locomotivas (Rússia, Russian Railways)
2019	Projeto de Desenvolvimento do Setor de Energia Renovável na Rússia (Rússia, EDB)
2019	Projeto de Sistemas de Metrô de Mumbai (Índia, ADB)
2020	Programa de Rodovias com Pedágio na Rússia (Rússia, EDB)
2020	Programa de Abastecimento de Água e Saneamento na Rússia (Rússia, EDB)
2020	Projeto de Investimento no Sistema Regional de Trânsito Rápido Delhi-Meerut (Índia, ADB, AIIB)
2021	Projeto Financiamento Sustentável para Apoio à Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas Globais no Brasil (Brasil, BNDES).
2021	Programa de Emergência para Apoio à Recuperação Econômica da China frente à COVID-19 (China, Eximbank, ADBC).
2022	Projeto de Finanças Sustentáveis do Banco do Brasil (Brasil, Banco do Brasil).
2022	Projeto de Infraestrutura Sustentável do DBSA (África do Sul, DBSA).
2023	Projeto de Financiamento de Infraestrutura e Desenvolvimento Sustentável do BDMG (Brasil, BDMG).
2023	Projeto de Abastecimento de Água de Daca (Bangladesh)
2024	Projeto de Melhoria da Infraestrutura da Rede de Gás de Daca e Narayanganj (Bangladesh).
2024	Projeto de Transporte Sustentável da Shriram Finance (Índia, Shriram Finance).
2024	Projeto de Transporte de Gás Natural Liquefeito da BoCom Financial Leasing (China, BoCom).
2025	Projeto de Infraestrutura Sustentável do IDC (África do Sul, IDC).
2025	Projeto de Melhoria da Rede de Gás Natural de Bangladesh (Bangladesh).
2025	Projeto de Energia Eólica da Serra da Palmeira (Brasil).

Fonte: Nanwani (2023); NDB (2026).

Essa variação demonstra que o NDB não opera de forma isolada, mas como um condensador de forças que mobiliza diferentes agentes para produzir o espaço geográfico por meio de obras de infraestrutura, energia renovável, projetos de saneamento, entre outros. Exemplos como o Projeto de Energia Eólica da Serra da Palmeira, no Brasil, o Metrô de Mumbai, na Índia, e a expansão da rede de gás em Bangladesh mostram como o banco materializa suas diretrizes em territórios heterogêneos, adaptando-se às necessidades de cada formação socioespacial e reforçando o papel do Estado como o elo fundamental na organização desses fluxos de capital.

Considerações finais

Em síntese, o artigo buscou analisar o papel do NDB no contexto de reconfiguração da governança global, articulando a realidade observada com a categoria de formação socioespacial como teoria e método de interpretação do espaço geográfico.

A adoção dessa categoria permitiu compreender o desenvolvimento como um processo histórico, contraditório e espacialmente diferenciado, no qual a transformação das formas econômicas e sociais se materializa no espaço. Foi justamente a partir dessa articulação teórica que se evidenciou o elemento central capaz de viabilizar a cooperação de distintas formações socioespaciais no âmbito do BRICS: a centralidade do Estado.

A emergência de instituições como o NDB reflete a exigência de um Estado capaz de operar com planejamento de longo prazo, de assumir riscos e de articular estratégias de desenvolvimento.

O caso da China ilustra essa noção, foi por meio da ação estatal planejada que o país promoveu a aceleração de suas forças produtivas, o avanço técnico e a transformação infraestrutural que hoje o colocam como protagonista na reconfiguração da geopolítica global.

No que se refere ao NDB, os resultados apontam para uma estratégia de inserção gradual no sistema financeiro global, marcada pela articulação de parcerias em diferentes escalas. A análise dos memorandos assinados pelo banco revelou uma atuação que transita entre: i) parcerias com bancos multilaterais de desenvolvimento (Banco Mundial, BID, ADB, AIIB, entre outros), o que demonstra integração ao paradigma financeiro vigente; ii) cooperação com bancos nacionais de desenvolvimento (BNDES, CDB, DBSA), reforçando o papel do Estado; e iii) articulações com bancos comerciais e instituições privadas, evidenciando a complexidade desse arranjo.

Essa estratégia de inserção, embora não represente uma ruptura ou posição antagônica ao sistema de Bretton Woods, apresenta características próprias. Entre esses

Senna, *A geopolítica do desenvolvimento e a produção do espaço geográfico: o Novo Banco de Desenvolvimento e o papel do Estado no Sul Global*.

DOI: 10.51308/continentes.v1i29.831

elementos, destacam-se: i) a realização de financiamentos em moedas locais; ii) o foco em países emergentes e em desenvolvimento do Sul Global; e iii) a verticalização da agenda de desenvolvimento sustentável, com ênfase em infraestrutura de transporte, energias renováveis e projetos vinculados à transição energética.

A análise do portfólio de projetos financiados pelo NDB permitiu verificar projetos como o de Energia Eólica Offshore da Baía de Putian Pinghai (China, 2016), o Projeto de Investimento no Sistema Regional de Trânsito Rápido Delhi-Meerut (Índia, 2020), o Projeto Financiamento Sustentável para Apoio à Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas Globais no Brasil (2021) e os programas de recuperação econômica frente à COVID-19.

Isso evidencia que o NDB opera como um condensador de forças, mobilizando diferentes agentes (governos nacionais, bancos de desenvolvimento, instituições financeiras privadas e organismos multilaterais) para produzir transformações socioespaciais em territórios heterogêneos.

O que se observa, portanto, é que a cooperação entre distintas formações socioespaciais no âmbito do BRICS, exige e, ao mesmo tempo reforça a centralidade do papel do Estado.

Se o desenvolvimento, conforme sustentado, é entendido como a capacidade de uma formação socioespacial de mediar suas contradições, incorporar progresso técnico e infraestrutural sem aprofundar desigualdades, e ampliar sua autonomia coletiva, então a forma de Estado necessária diante desse contexto é aquela capaz de planejar, coordenar e executar tais transformações.

A realidade observada aponta para uma exigência histórica, em um contexto de crises recorrentes do sistema capitalista, a busca por autonomia, redução das vulnerabilidades cambiais e menor dependência no jogo de forças depende do fortalecimento da cooperação Sul-Sul e da capacidade estatal de articular estratégias de desenvolvimento de longo prazo.

O NDB, nesse sentido, não é apenas uma instituição financeira multilateral, é o reflexo de um movimento de reorganização da relação entre Estado, capital e território. Nesse contexto, o planejamento estatal reassume seu lugar central para a mediação das contradições do sistema capitalista global.

Referências bibliográficas

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

BURLAMAQUI, Luiz. As finanças globais e o desenvolvimento financeiro chinês: um modelo de governança financeira global conduzida pelo Estado. In: **China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA, 2015. p. 277-331.

FREITAS, Vinicius Ruiz Albino de; PIRES, Marcos Cordeiro. As iniciativas globais da China, o Sul Global e a remodelação da ordem internacional. **Revista de Geopolítica**, v. 15, n. 5, p. 1-15, 2024. Disponível em: <https://revistageo.com.br/revgeo/article/view/554>. Acesso em: 31 mar. 2025.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 2005.

JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. **China: o socialismo do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2021.

JESSOP, Bob. El Estado y el poder. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, v. 19, n. 66, p. 19-35, 2014. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/items/0b089e6e-2654-4ca2-aff7-42c65c3021f6>. Acesso em: 20 dez. 2025.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Do original: **La production de l'espace**. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000. Primeira versão em português: fev. 2006.

LÊNIN, Vladimir. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MACHADO, Thiago Adriano. Da formação social em Marx à formação socioespacial em Milton Santos: uma categoria geográfica para interpretar o Brasil? **GEOgraphia**, v. 18, n. 38, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13774>. Acesso em: 12 mar. 2024.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

Senna, *A geopolítica do desenvolvimento e a produção do espaço geográfico: o Novo Banco de Desenvolvimento e o papel do Estado no Sul Global*.
DOI: 10.51308/continentes.v1i29.831

MAZZUCATO, Mariana; MACFARLANE, Laurie. **Mission-oriented development banks: the case of KfW and BNDES**. Londres: UCL Institute for Innovation and Public Purpose, 2023. (Working Paper Series, IIPP WP 2023-13). Disponível em: <https://www.ucl.ac.uk/bartlett/public-purpose/wp2023-13>. Acesso em: 18 dez. 2025.

NANWANI, S. The New Development Bank: directions on strategic partnerships. **Global Policy**, v. 15, n. 5, p. 434-442, 2023. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1758-5899.13268>. Acesso em: 12 dez. 2024.

NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO. **Acordo sobre o Novo Banco de Desenvolvimento**. Fortaleza, 2014. Disponível em: <https://www.ndb.int/wp-content/uploads/2022/11/Agreement-on-the-New-Development-Bank.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2025.

NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO. **Declaração do Novo Banco de Desenvolvimento**. 2022. Disponível em: <https://www.ndb.int/news/a-statement-by-the-new-development-bank/>. Acesso em: 10 mar. 2026.

NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO. **Memorandos de entendimento**. 2026. Disponível em: <https://www.ndb.int/partnership/memoranda-of-understanding/>. Acesso em: 30 nov. 2025.

NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO. **Memorando de entendimento sobre colaboração em assuntos para o estabelecimento do Centro Multilateral de Cooperação para o Financiamento do Desenvolvimento**. Xangai, 2020. Disponível em: <https://www.ndb.int/wp-content/uploads/2022/11/MCDF-MOU-for-disclosure.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2026.

NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO. **Parcerias**. 2026. Disponível em: <https://www.ndb.int/partnership/>. Acesso em: 3 set. 2025.

NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO. **Projetos**. 2026. Disponível em: <https://www.ndb.int/projects/>. Acesso em: 3 mar. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2026. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 2 nov. 2025.

POULANTZAS, Nicos. **Estado, poder e socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

ROUSSEFF, Dilma. A transição energética e a sustentabilidade do futuro. [Discurso de encerramento]. Rio de Janeiro: BNDES, 2025. Vídeo online. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YDN5G2NpVDQ&t=13176s>. Acesso em: 22 mar. 2026.

Senna, *A geopolítica do desenvolvimento e a produção do espaço geográfico: o Novo Banco de Desenvolvimento e o papel do Estado no Sul Global*. DOI: 10.51308/continentes.v1i29.831

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, 1977. Disponível em: https://miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/08/sociedade-e-espaco-a-formacao-social-como-teoria-e-com-metodo-MiltonSantos_1977.pdf. Acesso em: 1 jan. 2025.

SERENI, Emilio. De Marx a Lênin: a categoria de formação econômico-social. Tradução de Nathan Belcavello de Oliveira a partir das versões francesa e espanhola do texto original publicado em **Quaderni di Critica Marxista**, n. 4, 1970. **Meridiano: Revista de Geografía**, Buenos Aires: Centro Humboldt, n. 2, p. 297-346, out. 2013. Disponível em: <https://www.revistameridiano.org/2013/10/mrgn0217.html>. Acesso em: 22 fev. 2025.

WANG, Hongying. The New Development Bank and the Asian Infrastructure Investment Bank: China's ambiguous approach to global financial governance. **Development and Change**, v. 50, n. 1, p. 221-244, 2019. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/dech.12473>. Acesso em: 12 dez. 2025.

Data de Submissão: 31/03/2026

Data da Avaliação: 26/06/2026

